



**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO MONLEVADE – MG**

**JUIZ TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
VACÂNCIA**



**JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)**

**Lei de Criação nº 6.563, de 19-9-1978
Data da instalação: 23-2-1979
Data de implantação do PJe: 16-7-2015**

Jurisdição: João Monlevade, Alvinópolis, Barão de Cocais, Bela Vista de Minas, Catas Altas, Dionísio, Nova Era, Rio Piracicaba, Santa Bárbara, São Domingos do Prata, São Gonçalo do Rio Abaixo e São José do Goiabal.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 6-11-2020, p. 5.



ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 2-8-2019

Às 8 horas do dia vinte e três de novembro de 2020, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Ana Maria Amorim Rebouças**, Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Cisco Webex, instituída pela Portaria n. 61, de 31 de março de 2020, do Conselho Nacional de Justiça na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade, situada na Rua Gameleira, 73, conforme ATO N° 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico o MM. Juiz do Trabalho Auxiliar, Dr. **Uilliam Frederic D'Lopes Carvalho**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Maria Concebida da Fonseca; os servidores Gláucia Aparecida Messias, Ivan Alves Brandão Guilherme, Marcos Teixeira da Silva, Maria Iris de Oliveira, Milene Vasconcellos Motta Macieira Drumond, Patrícia Gomes de Oliveira, Patrícia Maia da Silva, Sirlene Margareth Pires de Souza; o estagiário Felipe Cursino Clemente.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 471 processos, distribuídos neste ano até o dia 11-11-2020, apurando-se a média de 2,3 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu 23 cartas precatórias, dentre elas 10 executórias, até o dia 11-11-2020, das quais 13 foram devolvidas, neste ano, para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 581 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 2383 processos foram remetidos neste ano até o dia 11-11-2020.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 29 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 37 processos com perícia designada.



1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 1.397 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 54 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 101 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (Nugep), não há processos sobrestados já julgados, com incidentes de Repercussão Geral, pelo STF.

Processos examinados na correição, por amostragem, temas ainda não julgados:

0010521/16, 0010442/17, 0010573/18, 0010073/19, 0010975/17, 0011100/17, 0011150/17, 0011127/17, 0011041/17, 0010063/18: sobrestados em razão do recurso extraordinário com repercussão geral pelo STF – Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se, ainda, que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema E-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema E-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento – 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 39% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	João Monlevade - 01a Vara				
	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	38,63	49,48	46,01	41,66	47,62

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -



FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2020 até 11-11-2020)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	1
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	71
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	349
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	21

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas (aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST):

Processos sem audiência designada durante a fase de instrução: São os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	18
---	----

Aguardando atualização do PJe - chamado aberto junto ao TST

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, "são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2016	12	4
2017	52	3
2018	33	2
2019	92	1



2020 – ano de referência	252	
TOTAL	441	0,82

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de novembro até o dia 11-11):

Processo	Tarefa
0000724-75.2015.5.03.0064	DESPACHO
0010112-65.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010521-41.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010660-90.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010701-57.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010826-25.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010863-52.2016.5.03.0064	Aguardando prazo
0010875-66.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010949-23.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0011050-60.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0011107-78.2016.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0011111-18.2016.5.03.0064	Elaborar sentença
0011166-66.2016.5.03.0064	Aguardando prazo
0010046-66.2017.5.03.0059	Aguardando final do sobrestamento
0010078-56.2017.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010181-63.2017.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010286-40.2017.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010320-15.2017.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento
0010322-82.2017.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	568

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de	64



	sentença pendente (item 90394)	
FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	32
	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)	589

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	21

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – A taxa de congestionamento na fase de execução – 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019. A Meta estabelecida para este indicador em 2019 era de 59% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 03/02/2020, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	João Monlevade - 01a Vara				
Indicador / Ano	2016	2017	2018	2019	3º trim/2020 (01/10/19 a 30/09/20)



Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	76,40	76,13	67,32	48,47	62,60
--	-------	-------	-------	-------	-------

Existem 793 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 569 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 224 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;
- d) não há processos no arquivo temporário, extração personalizada do SIAP1.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2020 até 11/11/2020

No ano anterior, até dia 11/11/2019 – havia 787 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 568 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) não há processos suspensos por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 219 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de novembro até o dia 11-11):

Processo	Tarefa
0000738-64.2012.5.03.0064	OFÍCIO TEXTO LIVRE
0000665-92.2012.5.03.0064	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001084-49.2011.5.03.0064	DESPACHO
0000201-34.2013.5.03.0064	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001347-18.2010.5.03.0064	OFÍCIO TEXTO LIVRE
0000370-50.2015.5.03.0064	CARGA DE ADVOGADO
0176300-88.1992.5.03.0064	
	ANDAMENTO CANCELADO
0001183-82.2012.5.03.0064	VALOR ARRECADADO EM
0001219-56.2014.5.03.0064	OFÍCIO TEXTO LIVRE
0010025-46.2015.5.03.0064	Cumprimento de Providências
0010435-07.2015.5.03.0064	Aguardando prazo
0000764-91.2014.5.03.0064	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0000132-65.2014.5.03.0064	PETIÇÃO PARA JUNTADA
0001183-48.2013.5.03.0064	PETIÇÃO PARA JUNTADA
	DEVOLUÇÃO DE CARGA DE
0000874-56.2015.5.03.0064	JUIZ
0010499-80.2016.5.03.0064	Aguardando prazo
0000082-05.2015.5.03.0064	VALOR ARRECADADO EM
0010132-56.2016.5.03.0064	Aguardando prazo
0010545-06.2015.5.03.0064	Aguardando final do sobrestamento



Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados,) extraídos do sistema e-Gestão (mês de novembro 2020 apurado até dia 11-11):

Decisões na execução	2019	2020
01-JANEIRO	69	51
02-FEVEREIRO	58	20
03-MARÇO	27	25
04-ABRIL	61	5
05-MAIO	46	22
06-JUNHO	52	16
07-JULHO	44	27
08-AGOSTO	56	30
09-SETEMBRO	111	21
10-OUTUBRO	142	32
11-NOVEMBRO	52	12
Totais	718	261

Execução por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS	22	20	25	3	21		6	27	6		
JEDSON MARCOS DOS SANTOS MIRANDA										17	2
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	3			2	1				6	5	
ULLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO	21					16	6		9	10	10
WALACE HELENO MIRANDA DE ALVARENGA							14	2			
Totais	46	20	25	5	22	16	26	29	21	32	12

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 11-11):

Alvarás	2019	2020
01-JANEIRO	126	84
02-FEVEREIRO	84	75
03-MARÇO	105	90
04-ABRIL	98	87
05-MAIO	123	93
06-JUNHO	109	84
07-JULHO	65	95
08-AGOSTO	96	115
09-SETEMBRO	87	86
10-OUTUBRO	104	101
11-NOVEMBRO	136	52



Totais	1133	962
--------	------	-----

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 11-11-2020, existem 45 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	9
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	26
Tutelas Provisórias Pendentes	10
Total	45

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do colendo Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 23-11-2020 havia 8 processos:

- a) **procedimento sumaríssimo:** 1 processo;
- b) **instrução:** 7 processos.

Foram examinados os autos dos processos 0010109/20, 0010097/20, 0010100/20, 0010101/20, 0010493/19, 0010495/19, 0010863/16, 0010067/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 16-11-2020, 50 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 41 processos.

Exame dos autos dos processos 0010303/20, 0010513/20, 0010306/20, 0010500/20, 0010287/20, 0010493/20, 0010258/20, 0010305/20, 0010158/20, 0010129/20, 0010521/16,



0010442/17, 0010573/18, 0010073/19, 0010975/17, 0011100/17, 0011150/17, 0011127/17, 0011041/17, 0010063/18, 0010471/20, 0010340/20, 0010342/20, 0010477/20, 0010428/20, 0010433/20, 0010412/20, 0010378/20, 0010410/20, 0010177/20, 0010374/20, 0010338/20, 0010337/20, 0010354/20, 0010339/20, 0010405/20, 0011111/16, 0010684/19, 0010460/20, 0010219/20, 0010110/20, 0010091/20, 0010518/19, 0010218/20, 0010147/20, 0010094/19, 0010106/19, 0010301/19, 0010604/19, 0010530/19, 0010699/19, 0010505/19, 0010550/19, 0010021/20, 0010676/19, 0010753/16, 0000064/10, 0010141/19, 0010330/19, 0010046/15, 0010386/20, 0010485/20, 0010462/20, 0010328/20, 0010507/20, 0010244/20, 0010472/20, 0010360/20, 0010309/20, 0010133/20, 0010924/17, 0010247/19.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

Recomenda-se aos MM. juízes que profiram sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 7 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000256-87.2010.5.03.0064	Cumprimento de Providências
0000823-84.2011.5.03.0064	Cumprimento de Providências
0010149-53.2020.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010279-14.2018.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010407-34.2018.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010441-14.2015.5.03.0064	Aguardando prazo
0010465-08.2016.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 19 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa
0000726-16.2013.5.03.0064	Arquivo
0010124-45.2017.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010170-97.2018.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior



	superior
0010171-82.2018.5.03.0064	Aguardando prazo
0010222-25.2020.5.03.0064	Aguardando audiência
0010282-66.2018.5.03.0064	Aguardando prazo
0010283-51.2018.5.03.0064	Arquivo provisório
0010284-36.2018.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010399-86.2020.5.03.0064	Cumprimento de Providências
0010427-54.2020.5.03.0064	Aguardando prazo
0010465-66.2020.5.03.0064	Aguardando audiência
0010562-03.2019.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010563-85.2019.5.03.0064	Aguardando apreciação pela instância superior
0010988-83.2017.5.03.0064	Arquivo provisório
0010990-53.2017.5.03.0064	Arquivo provisório

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo/ordinário	38	27	31
Instrução processo físico	-	-	-
Instrução processo eletrônico	300	285	225

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2018	2019	2020
Procedimento sumaríssimo	7	13	26/01/2021 – 25 dias
Procedimento Ordinário	7	35	21/01/2020 – 21 dias
Instrução	194	124	09/06/2021 – 111 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2020 até 11-11-2020).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença	0	0



na fase de conhecimento (item 416)		
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	432	215

2) 2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (105): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	219	145

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (106): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	3	1.936
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	169	1.039
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	1.319
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 90277)	2	333

No ano 2019, apurou-se que, em 227 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano-2019	Média/dia útil



Julgados procedentes	50	0,2
Julgados procedentes em parte	317	1,3
Julgados improcedentes	93	0,4
Extintos com resolução de mérito	3	0,01
Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	463	2,04
Extintos sem resolução de mérito	26	0,1
Arquivamento	32	0,1
Desistência	25	0,1
Outras decisões sem exame de mérito	13	0,05
Total sem exame de mérito	96	0,4
Decisões de conhecimento	559	2,4
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	210	0,9
Decisões na fase de execução	72	0,3
Total	841	3,7

No ano de 2020, até o dia 11-11, com 199 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	14	0,07
Julgados procedentes em parte	200	1,005
Julgados improcedentes	29	0,1
Extintos com resolução de mérito	2	0,01



Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com exame de mérito	245	1,2
Extintos sem resolução de mérito	21	0,1
Arquivamento	26	0,1
Desistência	7	0,03
Outras decisões sem resolução de mérito	20	0,1
Total sem resolução de mérito	74	0,3
Decisões de conhecimento	319	1,6
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	54	0,2
Decisões na fase de execução	74	0,3
Total	447	2,2

4. AUDIÊNCIAS, DESPACHOS E SENTENÇAS NA FASE DE CONHECIMENTO

– Em outubro de 2020, com 20 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/ Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	7	0,3
Conciliação em execução	1	0,05
Encerramento de instrução <small>Os encerramentos de instrução não são somados</small>	0	0
Inicial/Inicial (rito sumaríssimo)	31	1,5
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0
Instrução/Instrução (rito sumaríssimo)	27	1,3
Una/Una (rito sumaríssimo)	18	0,9
Total	84	4,2

No mês de outubro de 2020, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 16 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.



Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução (sentenças e decisões). Mês de outubro 2020 apurado até dia 11-11:

Conciliações por fases	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020
01-JANEIRO	16	12		2		
02-FEVEREIRO	39	17	1			2
03-MARÇO	22	6			2	
04-ABRIL	29	3	1		2	1
05-MAIO	20	9			1	4
06-JUNHO	27	6	1	1	1	1
07-JULHO	33	18			2	
08-AGOSTO	16	25		1	4	1
09-SETEMBRO	21	15	3		5	1
10-OUTUBRO	36	17	5	2	1	1
11-NOVEMBRO	22	7	1	1	2	
Totais	281	135	12	7	20	11

Conciliações por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS	11	19	6	3	13		5	27	2		
JEDSON MARCOS DOS SANTOS MIRANDA										16	
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO				1					12	3	
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO	2					8			2	1	8
WALACE HELENO MIRANDA DE ALVARENGA							13				
Totais	13	19	6	4	13	8	18	27	16	20	8

Comparativamente, nos anos de 2019 e 2020, foram realizadas audiências, conforme abaixo (mês de novembro 2020 apurado até dia 11-11):

Audiências	2019	2020
01-JANEIRO	79	44
02-FEVEREIRO	133	89
03-MARÇO	87	49
04-ABRIL	122	
05-MAIO	112	24
06-JUNHO	114	2
07-JULHO	124	97
08-AGOSTO	126	118
09-SETEMBRO	128	96
10-OUTUBRO	118	81
11-NOVEMBRO	129	34
Totais	1272	634



Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS	44	89	49	24		48	118	15		
JEDSON MARCOS DOS SANTOS MIRANDA									72	
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO								36	9	
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO					2			45		34
WALACE HELENO MIRANDA DE ALVARENGA						49				
Totais	44	89	49	24	2	97	118	96	81	34

Foram realizadas 61 audiências de 1-11-2020 até o dia 19-11-2020 e designadas 39 de 20-11-2020 até do dia 30-11-2020.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (mês de novembro 2020 apurado até dia 11-11):

Sentença por mês	2019	2020
01-JANEIRO	63	41
02-FEVEREIRO	116	64
03-MARÇO	59	56
04-ABRIL	59	25
05-MAIO	65	20
06-JUNHO	60	21
07-JULHO	63	56
08-AGOSTO	57	56
09-SETEMBRO	74	36
10-OUTUBRO	93	51
11-NOVEMBRO	71	19
Totais	780	445

Sentenças por juiz	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11
ELEN CRISTINA BARBOSA SENEM MORAIS	31	59	56	24	20		23	52	12		
JEDSON MARCOS DOS SANTOS MIRANDA										31	8
MARCELO MARQUES		5									
MATHEUS MARTINS DE MATTOS	2										
PATRICIA VIEIRA NUNES DE CARVALHO	3			1		2	1		14	2	1
UILLIAM FREDERIC D'LOPES CARVALHO	5					19	1		10	18	10
WALACE HELENO MIRANDA DE ALVARENGA							31	4			
Totais	41	64	56	25	20	21	56	56	36	51	19



Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período (mês de outubro 2020 apurado até dia 11-11):

Despachos	2019	2020
01-JANEIRO	1198	1146
02-FEVEREIRO	1160	796
03-MARÇO	1138	1032
04-ABRIL	1343	520
05-MAIO	1682	898
06-JUNHO	1070	900
07-JULHO	921	980
08-AGOSTO	1529	999
09-SETEMBRO	1564	936
10-OUTUBRO	1509	981
11-NOVEMBRO	1438	399
Totais	14552	9587

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas de segunda-feira a sexta-feira, a partir das 8 horas e/ou 13 horas. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo, 10 minutos para as de procedimento ordinário e de 60 minutos para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Declara o magistrado, quanto à residência, que cumpre a disposição contida no artigo 30, inciso IV, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantém o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Movimentação Anual de Processos			
	2018	2019	2020 até 11-11
Processos recebidos	581	657	471
Média por dia útil	2,5	2,8	2,3
Processos remanescentes do ano anterior	818	567	463
Sentenças anuladas	10	10	5
Total de processos para solução	1.409	1.234	939



Processos solucionados	882	827	445
Processos conciliados	231	268	126
Produtividade	62,59%	67,01%	47,39%

Analisando os dados supra, verificou-se um aumento de 13% em relação ao número de processos recebidos no ano 2018. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2019 houve um aumento de 4,4%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução Conjunta GP/GCR/GVCR n. 104, de 18 de dezembro de 2018.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2020 até 11-11-2020)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	126
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	445

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	445
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	476

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.



Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	177
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	187

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2020 até 11-11-2020)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	568
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	495

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	621
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	238

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2020 até 11-11-2020)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	495
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	238
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	9



2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 337 e 90337 no final do período de referência	568
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	621
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)	9

Perfil da Vara do Trabalho

João Monlevade - 01a Vara

Indicadores / Período de referência		Ano 2019	1º trim	2º trim	3º trim
		01/01/2019 a 31/12/2019	2020 01/04/2019 a 31/03/2020	2020 01/07/2019 a 30/06/2020	2020 01/10/2019 a 30/09/2020
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,49	1,22	0,96	0,82
	I02 - Pendentes	1.237	1.290	1.292	1.296
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00	0,00	0,00



	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	297,14	263,79	254,11	229,34
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	144,06	107,39	128,33	131,35
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	2.126,63	1.998,06	2.095,53	1.902,08
	I07 - Taxa de conciliação (%)	32,12	30,61	27,89	28,50
	I08 - Taxa de solução (%)	124,17	113,16	96,63	108,12
	I13 - Taxa de execução (%)	355,15	311,00	254,55	175,47
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	36,56	41,63	45,34	47,62
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	48,47	50,90	55,78	62,60
	I11 - Produtividade por servidor	169,44	154,56	132,33	113,78
	I12 - Pendentes por servidor	124,89	131,89	134,56	136,22
Meso	Acervo	0,24	0,31	0,30	0,30
	Celeridade	0,51	0,46	0,47	0,47
	Produtividade	0,42	0,52	0,61	0,51
	Congestionamento processual	0,51	0,59	0,64	0,63
	Força de trabalho	0,48	0,53	0,57	0,55
Macro	IGEST	0,4317	0,4816	0,5192	0,4927
	Posição IGEST	87	107	129	120
	Movimentação processual	1001 a 1500	0751 a 1000	0751 a 1000	0751 a 1000

6. ARRECADAÇÃO –

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda
R\$6.175.639,09	R\$686.735,34



--	--

7. **PORTARIAS** – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho, não há Portarias em vigor.

8. **SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA** – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. **DA SECRETARIA** – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foram encontrados excessos de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foi observada a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como foram observadas as suspensões de prazo em decorrências das chuvas em 2020, da Portaria GP N. 109/2020 e das Portarias Conjuntas GP/CR/VCR N. 112/2020 e N. 114/2020. Também foram observadas as determinações referentes ao COVID-19.

10. **Gestão Estratégica**

As metas nacionais e os indicadores do Plano Plurianual 2015-2020 do TRT-MG devem ser monitorados para que se possa acompanhar e analisar os resultados institucionais, e a atividade correicional apoia esta iniciativa:

Meta 1 CNJ/Meta 6 CSJT: Índice de Processos Julgados (IPJ) - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 124,25% de cumprimento da Meta, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 107,48% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 88,76%, sendo a média deste Regional para o mesmo período de 87,65%.

Meta 2 CNJ/Meta 7 CSJT: Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, nos 1º e 2º graus.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2017, no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 100,29%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 100,28% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).



Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017.

Em 2019, quando a Meta era “manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 70,75% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 92,50% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, divergente do valor divulgado pelo CNJ igual a 102%. Os métodos de cálculo que os dois Conselhos utilizam são distintos).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 34,13% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 49,21%.

Meta 5 CNJ/Meta 11 CSJT: Índice de Execução (IE) - Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente.

Em 2019, quando a Meta era “baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 119,26%, do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta. O resultado deste Regional foi de 123,07% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, praticamente igual ao valor divulgado pelo CNJ de 123,06%).

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o percentual alcançado foi de 87,08% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 101,75%.

Meta 6 CNJ/Meta 8 CSJT: Índice de Ações Coletivas Julgadas (IACJ) - Identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau.

Em 2019, quando a Meta era “identificar e julgar, até 31/12/2019, 98% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2016 no 1º grau”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 102,04% do valor da meta estipulado para o ano de 2019, tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 98,06% (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT, coincidente com o valor divulgado pelo CNJ).

Os valores de 2020 aguardam publicação pelos órgãos superiores.

Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo - Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017.

Em 2019, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2017 (de 170 dias), em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta



unidade organizacional foi de 297,14 dias, sendo que o resultado deste Regional foi de 224 dias (valor consultado em 29/01/2020 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2019 era de 166 dias.

O percentual de cumprimento desta unidade foi de 179%, não tendo cumprido a Meta, enquanto que para o TRT-MG este percentual foi de 64,92%, sendo que, neste item, diferentemente dos demais, o percentual abaixo de 100% é a referência para o atingimento da referida Meta.

No ano 2020, até o dia 31-10-2020, o tempo médio alcançado foi de 216,75 dias, sendo o resultado deste Regional para o mesmo período de 169,67 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, quando da publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção, seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretári e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:



A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

- 1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;
- 2) majorado o número de audiências telepresenciais e semipresenciais, tendo em vista o que foi apurado no item 4 desta Ata e por força do Ofício Circular SECG/CGJT Nº 064 de 2020 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho;
- 3) empreendidos esforços com vistas a reduzir o prazo das audiências dos processos sujeitos ao procedimento sumaríssimo que deverão ser realizadas no prazo máximo de quinze dias, conforme artigo 852-B, inciso III, da CLT e Meta inserida no planejamento estratégico deste Regional, com a realização de pauta especial de segunda a sexta-feira, se necessário, até que o prazo seja regularizado, devendo ser oficiada a Corregedoria;
- 4) envidados esforços para a redução do prazo de designação de instrução;
- 5) inseridos em pauta os processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas constantes da tabela do item 1.9 desta Ata;
- 6) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;
- 7) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;
- 8) reduzida a quantidade de processos na fase execução, tendo em vista o aumento do número de processos no ano de 2020 em relação ao mesmo período do ano 2019, conforme o item 1.10 da ata;
- 9) saneados os processos incidentais à fase de execução, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 10) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento



da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;

11) envidados esforços para o cumprimento da Meta 3 CNJ/Meta 9 CSJT: Índice de Conciliação – Fase de Conhecimento (ICONc) - Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2016/2017 e da Meta 5 CSJT: Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento (TMDP1c): Reduzir o prazo médio, em relação ao ano base 2017, tendo em vista que estas não foram atingidas no ano 2019;

12) observada a Resolução Conjunta GP/GCR N. 136, de 27 de janeiro de 2020, devendo a Vara do Trabalho adotar medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até a efetiva liberação do sítio eletrônico Garimpo, as varas do trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis. https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/aceso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal) e <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

13) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;

14) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional e que o atendimento também seja por meio de videoconferência a advogados, procuradores, membros do Ministério Público do Trabalho e partes que atuam no exercício do jus postulandi, no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, durante a pandemia da Covid-19 e a habilitação das funcionalidades siga-me ou WhatsApp Business;

15) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

16) realizado, pelos magistrados e pelos servidores, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da



Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2019:

A Corregedoria Regional verificou que não foram observadas as seguintes recomendações, formuladas naquela oportunidade:

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, incluindo em pauta no mínimo 15 processos, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR N. 112, de 1ª de julho de 2019, publicada no DJE de 1º-7-2019 dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região;

3) realizada redução do prazo de designação de audiências nos processos de instrução.

A Corregedoria Regional reitera a observância das recomendações acima.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara aprimore a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Solucionar conflitos decorrentes das relações de trabalho de forma efetiva e célere, contribuindo para a harmonia social”.

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU) que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16 que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos



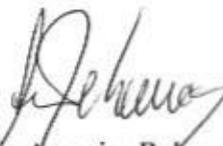
direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

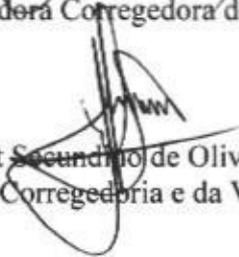
Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Excelentíssima Desembargadora Corregedora ressaltou a necessidade de fixação de um juiz substituto na 1ª Vara do Trabalho de João Monlevade para realização de audiências, pelo que determinou a expedição de ofício à Secretaria Geral da Presidência deste Regional para tal fim.

A Correição Ordinária é encerrada às 10h30min do dia vinte e três de novembro de 2020, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 191/2020, publicado no DJe 6-11-2020, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e Jânio Júlio Fernandes.


Ana Maria Amorim Rebouças
Desembargadora Corregedora do TRT/3ª Região


Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria